

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2

*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2

*Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva
(Organizadores)*



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Editora Chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará

Profª Drª. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 2

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores Marcelo Máximo Purificação
Maria Teresa Ribeiro Pessoa
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A838 Aspectos históricos, políticos e culturais da educação brasileira 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Teresa Ribeiro Pessoa, Sandra Célia Coelho Gomes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-205-0

DOI 10.22533/at.ed.050202107

1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Pessoa, Maria Teresa Ribeiro. III. Silva, Sandra Célia Coelho Gomes da.

CDD 379.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, apresentamos a vocês o volume 2 da Coletânea, “Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira”, uma obra que totaliza 71 artigos e 3 volumes com textos diversos e plurais que discutem a educação a partir de várias perspectivas. Este volume está organizado em dois eixos com 12 artigos cada um, que mostram a conjuntura de investigações que foram desenvolvidas em vários contextos do Brasil, expandindo assim, a reflexão filosófica e o pensamento científico a partir da perspectiva educacional.

A Educação brasileira no cenário atual parece seguir sem perspectivas de avanços, haja vista a falta de políticas públicas educacionais que dialoguem com um Brasil de muitas dimensões e diversidades. Esse cenário, clama pela valorização da educação e dos seus atores, e de um alargamento de diálogos entre o sistema político, universidades e outros organismos vinculados à educação. Diante o exposto, inferimos que: trabalhos como esses apresentados no volume 2 desta Coletânea, mostram o potencial científico e de intervenção social que advém das investigações desenvolvidas nos liames da educação.

Nessa direção, o volume 2 da Coletânea, estabelece uma teia dialógica que perpassa pela educação, promovendo a integração de termos que direcionam o pensar e a reflexão científica rumo aos contextos - histórico, político, cultural e social -, dos quais pontuamos: aprendizagem, currículo, democratização, desenvolvimento profissional, desigualdade, direitos humanos, educação, ensino, formação de professores, gestão, história, política, entre outros. Com isso, desejamos a vocês uma boa leitura e boas reflexões.

Marcelo Máximo Purificação

Maria Teresa Ribeiro Pessoa

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE I

CAPÍTULO 1	1
DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONSTRUINDO A IDENTIDADE E ROMPENDO O PRECONCEITO ATRAVÉS DA LUDICIDADE	
Jozaene Maximiano Figueira Alves Faria Fernanda Pereira da Silva Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.0502021071	
CAPÍTULO 2	6
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E A BNCC	
Reginaldo Aparecido de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0502021072	
CAPÍTULO 3	19
EDUCAÇÃO SEXUAL E ESTUDO DE ESTATÍSTICA COMO MEIOS DE EMPODERAMENTO FEMININO	
Polyana Perosa Mirella Aguiar da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0502021073	
CAPÍTULO 4	25
ENSINO DE SOCIOLOGIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A SENSIBILIZAÇÃO SOCIOLÓGICA: UMA EXPERIÊNCIA COM ESTÁGIO CURRICULAR NAS ESCOLAS PÚBLICA ESTADUAIS NO SUDOESTE BAIANO	
Valdívia Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.0502021074	
CAPÍTULO 5	38
ENSINO PROFISSIONAL SIGNIFICATIVO: A METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COMO DIFERENCIAL	
Gerson dos Santos Neto	
DOI 10.22533/at.ed.0502021075	
CAPÍTULO 6	64
ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DESPROVIDA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, É POSSÍVEL?	
Jonatan Pereira da Silva Rilva José Pereira Uchôa Cavalcanti José Santos Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0502021076	
CAPÍTULO 7	78
ESTILOS DE APRENDIZAGEM E DIFERENÇAS INDIVIDUAIS EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO: O CASO DE UM INSTITUTO FEDERAL BRASILEIRO	
Cicero Eduardo de Sousa Walter Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes Rafael Ângelo dos Santos Leite Polyana Carvalho Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.0502021077	

CAPÍTULO 8	93
FORMAÇÃO DE EDUCADORES E OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CONTEMPORANEIDADE	
Benjamim Machado de Oliveira Neto	
DOI 10.22533/at.ed.0502021078	
CAPÍTULO 9	103
FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL	
Talita Aparecida de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0502021079	
CAPÍTULO 10	116
FORMANDO PARA A DOCÊNCIA: UM PROCESSO DE INVESTIMENTO NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
Isadora Ribeiro Ibiapina	
DOI 10.22533/at.ed.05020210710	
CAPÍTULO 11	128
GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR SOBRE A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA FERNANDO RODRIGUES DO CARMO EM SANTANA-AP	
Elivaldo Serrão Custódio	
DOI 10.22533/at.ed.05020210711	
CAPÍTULO 12	143
GESTÃO EMPREENDEDORA COMO FONTE DE VANTAGEM COMPETITIVA: UM OLHAR SOBRE O GRUPO SCC	
Inara Antunes Vieira Willerding	
Roberto Rogério do Amaral	
Édis Mafra Lapolli	
DOI 10.22533/at.ed.05020210712	
EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM FOCO - PARTE II	
CAPÍTULO 13	156
GESTÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS FRENTE A IMPLEMENTAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROVA BRASIL	
Wanessa Vieira Modesto	
Ana Kely Martins da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05020210713	
CAPÍTULO 14	172
INFORMÁTICA BÁSICA NA ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Claudemir Cosme da Silva	
Renata Makelly Tomaz do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.05020210714	
CAPÍTULO 15	181
JOÃO ALFREDO E A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL IMPERIAL	
Cíntia Farias	
Alberto Damasceno	
Suellem Pantoja	
Viviane Dourado	
DOI 10.22533/at.ed.05020210715	

CAPÍTULO 16 190

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS ESCOLAS DO CAMPO

Silvanete Pereira dos Santos
Maria Onilma Moura Fernandes (In memoriam)
Sheila de Fatima Mangoli Rocha
Felipe Aleixo

DOI 10.22533/at.ed.05020210716

CAPÍTULO 17 204

MÁQUINA DE ONDAS ESTACIONÁRIAS DE DUAS FONTES

Guilherme Tavares Tel
Gabriel Felipe de Souza Gomes
Gabriel Tolardo Colombo
Luana Gonçalves
Paulo Vitor Altoé Brandão
Marcos Cesar Danhoni Neves

DOI 10.22533/at.ed.05020210717

CAPÍTULO 18 211

O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE NUMA PERSPECTIVA AUTOBIOGRÁFICA

Tuany Inoue Pontalti Ramos

DOI 10.22533/at.ed.05020210718

CAPÍTULO 19 220

O HERÓI DOCENTE: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Roseli Vieira Pires
Kátia Barbosa Macêdo
Anna Flávia Ferreira Borges

DOI 10.22533/at.ed.05020210719

CAPÍTULO 20 234

O OLHAR ACADÊMICO/PIBIDIANO SOBRE AS PRÁTICAS AVALIATIVAS NO ENSINO SUPERIOR

Arnóbio Rodrigues de Sousa Júnior
Antonio Avelar Macedo Neri
Maria das Dores Alexandre Maia
Mayara Barros Bezerra
Oscar Soares de Araújo Júnior

DOI 10.22533/at.ed.05020210720

CAPÍTULO 21 245

O PAPEL ARTICULADOR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO SERVIÇO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

Selma Marquette Molina
João Clemente de Souza Neto

DOI 10.22533/at.ed.05020210721

CAPÍTULO 22 257

O PAPEL DO APEGO NO PROCESSO DE INSERIMENTO DA CRIANÇA NA CRECHE

Nathália Ferraz Freitas
Sorrana Penha Paz Landim
Cinthia Magda Fernandes Ariosi

DOI 10.22533/at.ed.05020210722

CAPÍTULO 23 266

O PÁTIO ESCOLAR E OS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS: PROJETOS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO – CAICÓ/RN

Aline Kelly Araújo dos Santos

Joseane Alves Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.05020210723

CAPÍTULO 24 274

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL COMO METODOLOGIA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

Lidnei Ventura

Klalter Bez Fontana

Roselaine Ripa

DOI 10.22533/at.ed.05020210724

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 285

ÍNDICE REMISSIVO 287

JOÃO ALFREDO E A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL IMPERIAL

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 07/04/2020

Cíntia Farias

Universidade Federal do Pará

Belém– Pará

<https://orcid.org/0000-0003-1339-7046>

Alberto Damasceno

Universidade Federal do Pará, Núcleo de Estudos
Transdisciplinares em Educação Básica

Belém– Pará

<http://lattes.cnpq.br/6324178073896482>

Suellem Pantoja

Universidade Federal do Pará, Programa de
Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola
Básica

Belém– Pará

<http://lattes.cnpq.br/7313830922821427>

Viviane Dourado

Universidade Federal do Pará, Núcleo
Transdisciplinares em Educação Básica

Belém– Pará

<http://lattes.cnpq.br/6492642975760573>

RESUMO: O presente texto tem como objetivo apresentar as principais ideias defendidas por João Alfredo no projeto de Lei nº 73-A que foi submetido à apreciação da Assembleia Geral

legislativa e da Comissão de Instrução Pública no ano de 1874 com o objetivo de reorganizar o ensino primário e secundário no Município da Corte. Utilizamos como fontes para nossa pesquisa o projeto de Lei nº 73-A e a obra “A instrução e o império (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1850 – 1887” de Primitivo Moacyr que contém os relatórios do ministro João Alfredo, cujo projeto de instrução defendia questões como a obrigatoriedade do ensino para crianças de sete aos dezoito anos, a criação da Escola Normal e de Escolas Noturnas. Para realizarmos a interpretação dos dados coletados em nossas fontes utilizamos a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011).

PALAVRAS-CHAVE: Instrução Pública. Império. João Alfredo.

JOÃO ALFREDO AND THE PUBLIC INSTRUCTION IN IMPERIAL BRAZIL

ABSTRACT: This work aims at presenting the main ideas defended by João Alfredo in the Law Project No. 73-A which was submitted to the appreciation of the legislative General Assembly and of the Commission for Public Instruction in 1874 with the objective of reorganizing the primary and secondary education in the

Municipality of the Court. The sources for our research are the Law Project No. 73-A and the work “Instruction and the Empire (Subsidies for the History of Education in Brazil) 1850 - 1887” by Primitivo Moacyr which contains the reports of Minister João Alfredo, whose instructional project defended issues such as the compulsory teaching of children from seven to eighteen years, the creation of the Normal School and Night Schools. To interpret the data collected from our sources, we used the content analysis technique of Bardin (2011).

KEYWORDS: Public Instruction. Empire. João Alfredo.

1 | INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo apresentar as principais ideias defendidas por João Alfredo no projeto de Lei nº 73-A que foi submetido à apreciação da Assembleia Geral legislativa e da Comissão de Instrução Pública no ano de 1874 e tinha como escopo reorganizar o ensino primário e secundário no Município da Corte.

Saviani (2007) destaca a importância de tornar conhecidos os legados educacionais do século XIX, visto que, não é possível conhecer uma dada realidade sem compreender como foi produzida, considerando que a educação “é um fenômeno essencialmente histórico não nos será possível conhecer a realidade educacional em que vivemos sem compreender o modo como se deu o desenvolvimento nos séculos anteriores” (Saviani, 2007, p.13).

Utilizamos como fontes para nossa pesquisa o projeto de Lei nº 73-A e a obra “A instrução e o império (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1850 – 1887” de Primitivo Moacyr que contém os relatórios do ministro João Alfredo. Segundo Saviani (2007) os relatórios dos ministros do Império e dos presidentes de província são registros importantes pois deixam em evidência as carências do ensino, o que “permite concluir que o Ato Adicional de 1834, ao descentralizar o ensino transferindo para os governos provinciais a responsabilidade pela educação popular, apenas legalizou a omissão do poder central nessa matéria (Saviani, 2007, p. 36). É nesse cenário que trataremos do projeto de instrução de João Alfredo no qual defendia-se questões como a obrigatoriedade do ensino para crianças de sete aos dezoito anos, a criação da Escola Normal e de Escolas Noturnas.

2 | BRASIL IMPERIAL

No ano de 1822 o Brasil tornou-se independente de Portugal passando a se denominar Império do Brasil e adotando como forma de governo a Monarquia. Segundo Andrade (1988) a instalação do governo imperial se deu por meio de acordos entre os grandes detentores de terras e a Corte.

O processo de adoção da Monarquia no Brasil resultou em grande parte da transferência da corte portuguesa para a colônia, quando as tropas de Napoleão dominaram Portugal. Instalando no Rio de Janeiro, em 1808, o Príncipe Regente contrariou interesses locais, mas fez concessões que permitiam uma participação maior das classes dominantes, dos proprietários de terras e produtores de café, de açúcar e algodão, na apropriação do capital produzido.” (ANDRADE, 1988, p. 45).

A economia do Brasil no período era de base agrícola e a mão de obra em sua maioria era escravizada, a sociedade estava organizada de forma hierárquica e somente aqueles que detinham maior poder aquisitivo eram considerados aptos a participar da vida política.

Naquela época o senhor do engenho vivia como um verdadeiro aristocrata; possuindo as terras e as fábricas de açúcar e de aguardente, dedicavam-se sobretudo à atividade industrial, plantando apenas alguns partidos de cana, enquanto grande parte de suas terras era entregue a agricultores sem terras, os lavradores, que cultivavam em regime de parceria. (ANDRADE, 1988, p. 22).

Andrade (1988) também destaca que os cargos de deputados, senadores, ministros e presidentes de província eram ocupados por quem possuísse as maiores riquezas. Nesse contexto, a educação também ficou restrita a uma pequena parcela da população, somente aos que pertenciam à classe dominante, tornando-a cada vez mais forte haja vista que os poucos escolados ocupavam os cargos políticos e, portanto, defendiam seus próprios interesses.

Segundo Vieira e Farias (2011) a educação ocupou um lugar importante nesse período, sendo objeto de muitos debates, de senadores, de várias propostas de reforma educacional que surgiram à época. Outro ponto de destaque no período foi a organização do ensino, na medida em que

foram apresentados projetos de reforma da educação pública para a Câmara dos Deputados, com ênfase na criação do ensino primário para as classes populares. Ressalta-se que a organização do ensino estava de acordo com o Adicional de 1834, portanto, descentralizada (Machado; Silva, 2007, p. 201).

Naqueles termos ficavam sob a responsabilidade da Coroa o ensino superior (em todo o Império) e a instrução primária e secundária (no Município da Corte).

Dentre os projetos apresentados com objetivo de reformar a instrução pública destacaram-se os de Paulino Souza no ano de 1870, o de Antônio Leitão em 1873 e, por fim, o de João Alfredo, que foi apresentado no ano de 1874 por meio da Lei nº 73-A. Segundo Machado e Silva (2007) esses projetos atribuíram importância significativa à educação e apesar de apresentarem divergências tinham como ponto comum a necessidade de elaboração de um projeto de educação que ampliasse a oferta da instrução pública com o Estado assumindo os encargos financeiros desse ramo.

3 | JOÃO ALFREDO E A PROVÍNCIA DO PARÁ

Antes de se tornar ministro do império João Alfredo ocupou o cargo de presidente da Província do Pará entre 02 de dezembro de 1869 e 17 de abril de 1870. Ao fim de seu governo apresentou um relatório, passando a administração da Província para Abel Graças, no qual demonstrava sua preocupação com a educação e apresentava propostas de reforma para a instrução pública do Pará.

A instrução no Pará, segundo João Alfredo, teria que melhorar consideravelmente, em seu relatório expressava o desejo de aprimorá-la. Entretanto, o tempo que permaneceu na província foi muito curto, o que teria impedido a efetivação das reformas idealizadas, limitando-se a fazer algumas reformas pontuais como a do Colégio Paraense no qual, durante uma visita observou que a instituição não possuía asseio e ordem, além de que

Faltavam-lhe também alguns moveis e acomodação para a biblioteca, cujos os livros estavam espalhados em desordem pelo chão de uma pequena sala do pavimento terreo.

Sem descer á minuciosidades, consigno aqui a realização de melhoramentos de alguma importância, nos pontos indicados, e também quanto á alimentação dos meninos, que era pessima. Ultimamente autorisei a despesa necessaria para a iluminação á gaz, que o edificio ainda não tem. (PARÁ, 1870, p. 19).

Em razão da situação em que encontrou o Colégio Paraense, o presidente exonerou da gestão o bacharel Raymundo Antonio de Almeida, por este não demonstrar interesse em realizar as reformas por ele sugeridas e em seu lugar, foi nomeado provisoriamente outro bacharel, Joaquim Correa d'Oliveira Andrade.

Alfredo enfatizava também a precariedade de profissionais habilitados, com “vocação” e interesse em ocupar o cargo de gestão de um estabelecimento como o Colégio Paraense, pois o mesmo exigia grande esforço, visto que, junto com as responsabilidades do cargo, havia a obrigação de passar a noite e o dia dentro do colégio.

No que tange à instrução Primária, autorizou a realização de concurso pois havia muitas cadeiras regidas por professores interinos e para sanar tal deficiência ordenou que as cadeiras “fossem postas á concurso, no intuito de não deixar o ensino publico entregue á individuos que não tinhão dado as necessarias provas de idoneidade intellectual e moral, mediante o processo, que a lei estabelece” (PARÁ, 1870, p. 20)

João Alfredo ressaltava sua insatisfação com a maneira pela qual os professores eram indicados ao cargo, defendendo a realização de concurso para todas as vagas disponíveis na província do Pará, pois a prática de admissão de professores interinos era prejudicial ao desenvolvimento da instrução pública uma vez que tirava a chance de um professor verdadeiramente apto para exercer a profissão ocupar tal função, deixando em seu lugar uma pessoa incapacitada para o exercício do magistério. O presidente defendia que deveriam

cessar as interinidades, porque animão as pretenções de pessoas menos habilitadas e até incapazes, arredando do magistério, os candidatos melhores, que não têm protecção

valiosa, e que em prejuízo da instrução pública vão procurar outros meios de vida, contrariando a sua vocação digna de ser aproveitada. (PARÁ, 1870, p. 20)

João Alfredo também destacava que já existia a obrigação de que as vagas para o magistério fossem ocupadas por professores aprovados em concurso, fato que o respaldava na decisão de colocar as cadeiras a concurso, estendendo essa decisão para as outras freguesias da província.

No que refere ao número de escolas existentes na província é possível observar que havia uma grande quantidade de estabelecimentos de ensino secundário particulares e escassez de instituições públicas. Ao todo existiam 19 estabelecimentos, sendo 18 particulares e apenas 1 público que era o Colégio Paraense. Tais dados evidenciavam que o ensino secundário no Império, era em sua grande maioria, restrito às classes com maior poder aquisitivo.

João Alfredo, salientava que a Província do Pará não se descuidava da instrução pública, no entanto, ao apontar o gasto com as despesas nas escolas, no montante de 240:340\$ réis, o presidente ressaltava que o orçamento da instrução poderia ser melhor aplicado e obter resultados mais satisfatórios. Também não deixou de evidenciar sua preocupação com as crianças pobres da província, pois providenciou o projeto de um estabelecimento que oferecesse instrução para a infância

Não concluirei as minhas informações sobre este ponto, antes de dizer á V. Exc. Que deixo na secretaria um trabalho do hábil engenheiro, Guilherme Francisco Cruz, sobre uma instituição no qual o orphão pobre e os filho de pobre recebessem instrução primaria, e aprendessem convenientemente as diversas artes a que se quisesse se dedicar segundo as aptidões manifestadas (PARÁ, 1870, p. 22).

Segundo João Alfredo na província do Maranhão já existia um estabelecimento para abrigar esses menores desvalidos o que vinha repercutindo positivamente para outras províncias como a do Amazonas que aderira a este modelo devido aos resultados satisfatórios que haviam obtido na educação. João Alfredo ressaltou que essa obra não custaria um valor alto para as despesas da província e que seus resultados valeriam os esforços, pois esses meninos teriam uma ocupação e seriam os artistas e profissionais que tanto a Província necessitava. O presidente pensava até mesmo em permitir a frequência dos índios de menor idade nesse estabelecimento e permiti-lhes as mesmas oportunidades, pois também seria um meio de catequizar e “civilizar” os nativos. Esse projeto foi enviado por João Alfredo para a Assembleia Provincial paraense pedindo que fosse repassado ao seu sucessor para que pudesse obter continuidade pois deixaria a presidência da província do Pará em abril de 1870.

4 | JOÃO ALFREDO E SEU PROJETO DE LEI PARA A EDUCAÇÃO

João Alfredo foi personagem atuante na política do Império¹ tanto em seu período de estabilidade aparente até os seus momentos de crise. Seu interesse pela cultura e pela educação o impulsionou a participar da elaboração de projetos importantes para o Brasil tais como a criação da faculdade de Medicina, a formulação e promulgação da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea.

No âmbito educacional elaborou o projeto de reforma nº 73-A² que foi apresentado à Assembleia Geral Legislativa objetivando melhorar o sistema de ensino no país.

Segundo a obra de Moacyr (1937) entre as principais ideias defendidas pelo ministro destacavam-se a obrigatoriedade do ensino primário, a criação de escolas para adultos que não tivessem frequentado o ensino regular, a proposição de criação de escolas profissionais, escolas mistas e escolas de trabalho para o sexo feminino, o auxílio aos estabelecimentos particulares de instrução gratuita primária e profissional, além de projetos para menores desvalidos. João Alfredo também apontava falhas no sistema de ensino do país, tais como professores mal remunerados e com método de ensino inadequado, fiscalizações inapropriadas e número insuficiente de escolas.

João Alfredo também criticava a organização do ensino primário e secundário pois considerava que o Brasil não possuía uma organização conveniente faltando “em grande parte a generalização, o método que facilita, a harmonia que regulariza, o centro que irradia o movimento” (BARBOSA, 1942, p. 344).

A questão da obrigatoriedade do ensino era um dos principais pontos de seu projeto para o país, estabelecendo que

O ensino primário elementar no município da corte deveria obrigatório para todos os indivíduos de 7 a 14 anos e também para aqueles de 14 a 18, que ainda não o tivessem recebido nos lugares do mesmo município em que houvesse escolas de adultos. (BARBOSA, 1942, p. 340).

João Alfredo buscou colocar em evidência que para que a obrigatoriedade fosse cumprida seria necessário aumentar o número de escolas, entretanto, essa medida era considerada inviável naquela conjuntura o que ocasionava opiniões como a de Moacyr (1937)

Certamente enquanto se não fundarem tantas escolas públicas gratuitas quantas forem necessárias para que se torne possível e fácil a sua frequência aos meninos de todas as localidades, o emprego de meios coercitivos para que os pais e pessoas que tiverem menores sob a sua direção lhe deem o ensino elementar, seria uma clamorosa violência, principalmente em relação às classes, cujos deficientes recursos não comportam os dispêndios que exige aquele ensino dado particularmente (MOACYR, 1937 p. 133)

1 Foi deputado pela Assembleia Provincial (1858, e em 1876 Presidente), deputado pela Assembleia Geral do Império (1860, 1868, 1876), conselheiro de Estado (1887) e senador do Império (1877 a 1889). Como administrador presidiu a Província do Pará (dez. 1869 a abr. 1870), foi ministro do Império (1870 a 1875), presidente da Província de São Paulo (ago. 1885 a abr. 1886), diretor da Faculdade de Direito do Recife (1876 a 1887). Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=377 Acesso em 23/09/2019.

2 Ver “Obras completas de Rui Barbosa: Reforma do ensino secundário e superior”. Rio de Janeiro, 1882.

O projeto pretendia tornar realidade a obrigação do ensino, possibilitando os meios necessários para isto, com o aumento da quantidade de escolas de 1º grau de acordo com a demanda dos alunos, considerando que grande parte eram das camadas populares.

O projeto propunha a criação de escolas para adultos e a oferta de aulas noturnas para indivíduos com faixa etária maior do que a média das aulas diurnas e também para os adultos que só podiam assistir aulas no turno da noite.

§4.º Fundar-se-ão no município da corte escolas para adultos, nas quais serão admitidos indivíduos de mais de 13 anos, contratando-se para o ensino professores particulares idôneos, ou concedendo-se uma gratificação aos professores públicos que se propuserem a este serviço e o governo julgar no caso de bem o desempenharem.

“Estas escolas serão diurnas e noturnas e as horas das respectivas lições determinadas de modo que se atenda às condições de trabalho dos indivíduos que as frequentarem (BARBOSA, 1942, p. 343).

A formação de professores necessitava de maior atenção pois, na visão do ministro, a grande maioria do professores não possuía as habilitações teóricas e práticas necessárias e sem isso as instituições escolares não alcançariam os objetivos da aprendizagem, por isso ele defendia a ideia de que não bastava o professor apenas dominar o conteúdo das matérias, eles teriam também de possuir a técnica para transmitir o conhecimento aos alunos. Outro dado apontado foi a necessidade de melhorar os vencimentos dos professores e adjuntos

pois, que, se o magistério não oferecer vantagens que atraiam pessoas de verdadeiro merecimento e de vocação especial, nunca se conseguirá elevar à altura a que deve chegar. Parece-me que, realizadas estas reformas, e convenientemente regulado o plano e método do ensino, rápidos e seguros serão os progressos da instrução popular (MOACYR, 1937, p. 137).

Quando trata da inspeção e fiscalização do ensino Alfredo destaca a necessidade de uma definição precisa acerca da obrigação dos inspetores bem como a regulação de

seu exercício de modo que se assegure o rigoroso cumprimento de todas as obrigações estabelecidas; dando-se ao Inspetor geral vantagens que tornem possível ser esse cargo aceito por pessoa que, tendo altas habilitações precisas, dedique-se exclusivamente ao desempenho de suas funções (MOACYR, 1937, p. 137).

Outro ponto importante em seu projeto foi a defesa da liberdade de Ensino. Segundo João Alfredo poderiam ser livres os exames preparatórios nas províncias, cursos superiores, cursos e faculdades; estando os aspirantes à profissão de professor restritos apenas à prova da sua moralidade, considerando que não bastavam apenas habilidades intelectuais, era preciso o saber ensinar, o método e a prática. O ministro acreditava que as intervenções oficiais impediam o desenvolvimento da instrução, dificultando o objetivo de garantir educação para todos.

5 | ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Cabe aqui ressaltar que o projeto de João Alfredo entrou em discussão na câmara dos deputados em 1875, retornou para emendas e não teve mais andamento. Durante sua tramitação recebeu diversas críticas principalmente na parte referente a liberdade de ensino pois seu projeto não exigia prova de moralidade e higiene, além da religião que não era mencionada; esta última era considerada indispensável para que o professor viesse a exercer o cargo, desta forma o ensino livre foi negado.

Levando em consideração os importantes cargos ocupados por João Alfredo durante o período imperial é possível assentar que as ideias do projeto podem ter influenciado outras propostas de reforma que surgiram posteriormente, como a de Rui Barbosa, que inclusive selecionou o referido projeto para fazer parte da composição de um anexo ao Projeto “Reforma do Ensino Secundário e Superior” de 1882.

Embora não tenhamos localizado registros citando João Alfredo como influenciador das reformas ocorridas no Estado do Pará, encontramos traços semelhantes entre o Projeto de lei que foi apresentado à assembleia Geral Legislativa em 1874 e as reformas que ocorreram no Pará durante a década de 70.

Podemos perceber que pontos como a obrigatoriedade, a criação da Escola Normal, o aumento do número de escolas, a criação de escolas para adultos que constavam no projeto de Lei nº 74- A, já estavam em fase de implantação no Estado do Pará a partir de 1871, portanto, após João Alfredo ocupar o cargo de presidente da província.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **João Alfredo: o estadista da abolição**. Recife: Massangana, 1988.

BARBOSA, Rui. **Obras completas de Rui Barbosa: Reforma do ensino secundário e superior**. Rio de Janeiro, 1882.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. História da Escola Normal da Província do Grão-Pará no império. **Revista Cocar**, Belém, v. 6, n. 11, p.29-40, dez. 2012.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; SILVA, Josie Agatha Parrilha. Os projetos de reforma da escola pública propostos no Brasil entre 1870 E 1880. **Campinas-SP: Revista HISTEDBR Online**, n. 25, p. 200-205, 2007.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil**. Brasileira, 1936.

PARÁ. Relatório com que o Excellentíssimo senhor doutor Domingos José da Cunha Junior passou a administração da Província do Pará ao 3º vice-presidente o excellentíssimo senhor doutor Guilherme Francisco Cruz, Tipografia do Diário do Grão-Pará. 1973.

Relatório do Presidente da Província do Pará João Alfredo Correa de Oliveira passando a administração da mesma ao 4º vice-presidente Doutor Abel Graças, Belém, Tipografia do Diário do Grão-Pará.1870.

SAVIANI, Dermeval et al. O legado da educação do século XIX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007, 224 pp.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de, **Política Educacional no Brasil: Introdução Histórica** – Brasília: liber livro editora, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção 151, 183

Apego 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265

Aprendizagem 2, 11, 12, 21, 34, 36, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 69, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 118, 121, 125, 126, 128, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 146, 152, 153, 157, 158, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 187, 200, 211, 213, 218, 234, 236, 237, 238, 239, 242, 243, 244, 256, 268, 269, 272, 286

C

Currículo 6, 7, 10, 18, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 37, 69, 72, 97, 101, 103, 132, 168, 175, 179, 181, 190, 196, 201, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 264, 265, 285

D

Democratização 11, 118, 124, 136, 142, 163, 164, 239, 274, 275, 276, 277, 278, 280

Desenvolvimento Profissional 211, 212, 214, 215, 218, 219, 285

Desigualdade 20, 21, 98, 100, 103, 104, 107, 111, 199

Direitos Humanos 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 70, 256

Diversidade 1, 2, 3, 4, 5, 13, 19, 68, 88, 97, 98, 100, 138, 153, 193, 249, 283, 284, 285

Docência 24, 37, 38, 41, 50, 93, 94, 109, 116, 117, 120, 122, 124, 125, 164, 191, 195, 196, 197, 201, 202, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 229, 231, 232, 234

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 50, 58, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 84, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 150, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 240, 241, 244, 245, 246, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 280, 282, 283, 284, 285, 286

Educação do Campo 68, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Educação Infantil 1, 2, 3, 4, 5, 13, 15, 133, 195, 199, 218, 258, 260, 261, 264, 268, 274, 275
Educação Integral 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77
Educação Sexual 19, 20, 21, 22
Emoções 65, 103, 104, 107, 108, 109, 111, 114, 115
Empreendedorismo 143, 144, 145, 146, 147, 152, 154, 155
Ensino de Sociologia 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37
Ensino Fundamental 13, 14, 16, 22, 50, 53, 56, 94, 97, 101, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 157,
159, 164, 170, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 194, 195, 216, 218, 221, 268, 274, 275
Ensino Profissional 38, 43, 44, 59, 62
Ensino Superior 41, 120, 123, 164, 183, 220, 224, 228, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241,
242, 243, 244, 285, 286
Estágio Curricular 25, 33, 35, 116, 123, 125
Estilos de Aprendizagem 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89
Estudo de Estatística 19, 20
Experimento Didático 204

F

Formação de Educadores 18, 93, 196
Formação de Professores 4, 18, 25, 33, 37, 98, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 179,
187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 202, 211, 212, 219, 236, 238, 244, 285, 286
Formação Docente 32, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 192, 195,
197, 219, 285

G

Gestão Democrática Participativa 128, 129, 130, 132, 133, 139, 141
Gestão Empreendedora 143, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155
Gestão Escolar 93, 131, 140, 156, 162, 171, 274, 275, 278, 279, 280, 284

H

História 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 14, 16, 21, 24, 39, 68, 69, 76, 95, 96, 101, 116, 120, 121, 127, 149,
181, 182, 188, 190, 194, 201, 202, 214, 216, 217, 218, 219, 221, 229, 233, 245, 277, 282, 284, 286

I

Império 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 221, 277
Informática Básica 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180
Instrução Pública 181, 182, 183, 184, 185, 221

L

Ludicidade 1

O

Ondas 204, 205, 206, 208, 209, 210

P

Prática Educativa 63, 101, 118, 129, 130, 133, 141, 203, 244, 248, 249, 283

Práticas Avaliativas 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

Prova Brasil 156, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171

S

Socioeducação 245, 247, 248, 249, 250, 252, 254

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira

2



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br